

Sim À Constituição Europeia

por Mário Soares

Honro-me de ter sido sempre, ao longo da minha vida, socialista e de Esquerda, coerente e militantemente. Na luta anti-fascista, de mais de três décadas, contra a odiosa ditadura salazarista, que me conduziu à prisão (em Portugal), à deportação, em África (São Tomé) e ao exílio (em França, que generosamente me acolheu).

Depois da "Revolução dos Cravos", de 25 de Abril de 1974, participei activamente nas negociações de paz, que puseram fim às "guerras coloniais", no movimento geral da democratização do meu País, que implicou, necessariamente, políticas activas de desenvolvimento económico, social, cultural (no sentido mais amplo do termo) e ambiental.

Lider do PS português, tive que fazer frente às tentativas de perversão totalitária da Revolução, tentadas pelos comunistas e por alguma extrema esquerda, estranhamente associados. Acusaram-me então de "meter o socialismo na gaveta", o que é verdade, se for entendida a palavra por "socialismo real" ou seja: comunismo totalitário.

Partidário de uma democracia representativa e pluralista, com ampla dimensão social, ecológica e activamente participada pelos cidadãos, sempre fui europeísta convicto, tendo lutado pela adesão de Portugal à então CEE, como o contraponto necessário, para Portugal, após a descolonização e o fim do império, se poder desenvolver e modernizar mais rapidamente. Os portugueses de hoje vivem incomparavelmente melhor do que quando tinham império. Contudo, a integração europeia, para mim, sempre foi muito mais do que um "mercado comum". Foi um projecto essencialmente político, o mais original e fecundo, pelos seus resultados, do século XX: um projecto de paz, de solidariedade e de bem estar social para as populações dos Estados que voluntariamente o partilham.

Portugal é membro, de pleno direito, há vinte anos, da Comunidade que, em 1992, com o Tratado de Maastricht, se tornou uma União livre não só de Estados mas também de Povos - salto importante! - dando assim um passo mais no caminho de uma unidade política de tipo federal.

Como presidente do Movimento Europeu, entre 1997-1999 e como confesso federalista, assumi a responsabilidade de organizar o congresso de Haia, realizado, na mesma cidade, em Maio de 1998, cinquenta anos após o Congresso que reuniu os "países fundadores" da Europa e que marcou o início da aventura europeia.

Hoje, a União representa o maior polo de desenvolvimento político, económico e cultural mundial, com uma moeda única, o euro, a mais forte moeda do mundo, polo de atracção não só de todos os povos europeus mas também uma grande referência para a América Latina, África, Médio Oriente e Ásia. A União Europeia representa também - não nos iludamos - mau grado excessivas transigências e, às vezes, uma certa subserviência, inaceitável, a principal linha de contenção do hegemonismo imperial americano e de defesa das Nações Unidas, na fase sombria que o mundo atravessa, confrontado com a administração Bush. Viu-se, aliás, durante a guerra "preventiva" e ilegal contra o Iraque, cujas nefastas consequências ainda não acabaram de se manifestar.

A construção europeia, que tem vindo a ser realizada segundo o método dos "pequenos passos", caro a Jean Monnet, com avanços e recuos, representa um compromisso entre as três grandes famílias políticas europeias: socialistas e social-democratas; democrata-cristãos, conservadores e liberais. E teve à direita e à esquerda, tradicionais opositores: entre os conservadores de extrema direita, os soberanistas e os nacionalistas, de vários bordos, por um lado; e os comunistas, mais ou menos reciclados, os esquerdistas e agora - o que muito lamento - os altero-mundialistas, por outro.

É certo que a influência neo-liberal, a "teologia do mercado" e o dinheiro como valor supremo, em tempo de globalização, produziram alguns estragos no processo europeu. O final dos anos noventa quando, à frente da Europa dos Quinze, houve onze Governos presididos por socialistas, social-democratas e trabalhistas, constituiu uma "ocasião perdida" para fazer avançar a União no plano da justiça social e para o reforço do modelo social europeu, uma das referências identitárias insubstituíveis da integração europeia.

Hoje, com uma União Europeia de 25 Estados membros - e dentro em pouco, 30 ou mais - polo de atracção para países como a Ucrânia ou Cabo Verde, arquipélago da Macaronésia em pleno Atlântico Norte, para referir só dois extremos, a leste e a oeste, a União encontra-se num período de graves indecisões, quando as populações dos diferentes Estados, a começar pela França, se manifestam divididas, nos referendos em que são chamadas a votar sobre a Constituição Europeia.

Creio que a grande maioria da população portuguesa, não terá essa dúvida hamletiana: votará sim, por larga maioria e sem ambiguidade a Constituição Europeia no referendo que terá lugar em Outubro próximo. O eleitorado português tem perfeita consciência do que deve à integração europeia. E sabe que é no aprofundamento da democracia europeia que Portugal pode desenvolver o seu universalismo humanista, expresso na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e o bem estar da sua gente, em ambiente de paz e de desenvolvimento sustentado.

Não há Constituições perfeitas. Mas "o óptimo - como se diz em português - é inimigo do bom". A Constituição fica àquem do que gostaríamos no plano social e do aprofundamento dos direitos dos trabalhadores? É verdade. Mas, apesar disso, representa um passo em frente, decisivo, na integração europeia. É uma esperança para a Europa e para o Mundo, integrando na Constituição a Carta dos Direitos Fundamentais, com força vinculativa.

Por isso, me custa entender como há forças que se reclamam de Esquerda e que aconselham, nomeadamente em França - país nuclear do projecto europeu - o voto contra a Constituição. Sei que há razões de política interna francesa que poderão justificar tal voto.

Mas isso não será sobrepor o chauvinismo a um projecto que, sendo originariamente francês e de reconciliação franco-alemã, transcende a França, por ser hoje essencialmente europeu e uma grande referência para um Mundo mais solidário e melhor? Aliás, um não da França à Constituição Europeia seria uma grande decepção para toda a Europa, seria abrir a porta ao pior, vindo donde menos se esperaria: recuar para o Tratado de Nice, de má memória e fazer correr um enorme risco ao projecto europeu no seu conjunto. Ora o que ganharia a Esquerda com isso? Não seria, pelo contrário, dar uma enorme alegria aos "neo-cons" americanos e à sua estratégia imperial de dominação?

Acredito que, na hora da verdade, apesar das sondagens em contrário, os franceses com a sua sagesse e inteligência habituais dirão sim à Constituição Europeia. Como é necessário para a Europa e para o Mundo que aconteça.

Lisboa, 27 de Abril de 2005